

Presidente quer reajuste menor

BRASÍLIA — O reajuste dos salários dos ministros e do presidente da República foi o assunto que ocupou maior tempo do governo, ontem. A proposta, elaborada pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, estava sendo aguardada pelo líder do governo no Congresso, Carlos Sant'Anna. O problema segundo assessores do Planalto, era a resistência do presidente Sarney em admitir para o Executivo um reajuste no mesmo nível do que foi definido para os parlamentares.

Em novembro, o presidente Sarney recebeu Czs 526,153,93 de salário, mais uma verba de representação de Czs 131.538,35, o que totalizou Czs 657.692,28. Quando ele desembarcou da Argentina em Brasília, na quar-

ta-feira, logo avisou não admitir que a correção de seus vencimentos fosse superior a 100%, o que resultaria em Czs 1,3 milhão, menos de um terço dos vencimentos dos deputados. O argumento de Sarney, como contou um de seus assessores mais próximos, é o de que o seu salário não serve de parâmetro para qualquer outro. E que seria definido somente por um ano: seu sucessor poderia ganhar mais.

A expectativa é de que o Supremo Tribunal Federal encaminhe ao Congresso uma proposta que também coloque os vencimentos de seus ministros na casa dos Czs 4 milhões, com o reajuste retroativo a outubro, como foi definido para os parlamentares. Desta forma, o Exe-

cutivo, com a resistência apresentada por Sarney, seria o dono dos mais baixos salários da República, o que poderia ocasionar alguns problemas. O ministro Leopoldo Bessone, da Reforma Agrária, por exemplo, já adiantou, na Base Aérea, que se o salário de ministro for menor que o de deputado, ele vai preferir ganhar como deputado. E pode, já que está licenciado.

GARANTIAS

De acordo com o Diário Oficial da União, os ministros receberam em novembro Czs 230.639,22, de vencimentos, mais Czs 512.019,06 de verba de representação. Ganharam, portanto, Czs 742.658,28, para pagar contas de água, luz, telefone, empregados e suas despesas pessoais. O pre-

sidente da República não tem qualquer destas despesas.

O maior problema é que, de acordo com a Constituição, o maior salário em cada um dos poderes é o dos ministros de Estado, dos ministros do Supremo Tribunal Federal e dos deputados e senadores. Os salários dos funcionários de escalões inferiores é calculado como uma porcentagem destes. E, além disso, a Constituição garante que, por exemplo, um escrivão do Executivo tenha direito a ganhar o mesmo que um escrivão do Congresso ou outro do Judiciário. Desta forma, se o salário dos ministros ficar, como pretende Sarney, em Czs 2 milhões, argumentam seus assessores, os funcionários dos ministérios serão prejudicados.